

# Estados negociam dívida com Congresso

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — A solução para a rolagem das dívidas externas dos estados será unilateral. Os governadores do PMDB e os membros da Comissão mista de Orçamento do Congresso Nacional interromperam o diálogo com o governo federal na noite de quarta-feira e agora a decisão será tomada com o Congresso. Ontem, parlamentares e secretários estaduais da Fazenda concluíram uma proposta, apresentada informalmente ao ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, e destinada a compor o projeto de Orçamento Geral da União a ser votado pelo Legislativo a partir de amanhã. A fórmula, anunciada pelo deputado Cid Carvalho, transforma o superávit de 0,07% previsto para as contas do governo, em um déficit superior a 0,7%, segundo a Seplan. Pelas contas dos parlamentares, o governo vai perder entre Cz\$ 400 bilhões e Cz\$ 450 bilhões, no valor de junho de 1988 quando foi elaborado o orçamento.

A proposta prevê o refinanciamento integral da dívida vencida até 1988 e o pagamento de parcelas de débito a vencer no próximo ano. Os estados e municípios com dívidas de até US\$ 300 milhões nada pagarão. Aqueles que tenham débitos entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões deverão recolher 10% sobre o total. Os que estiverem acima deste limite até US\$ 1 bilhão pagam 20% e os demais 25%.

São três as diferenças desta proposta para a que foi apresentada pelo presidente José Sarney aos governadores nesta semana. O governo federal pretendia que os estados e municípios aplicassem as mesmas faixas para as dívidas vencidas e a vencer, pagassem o principal e os juros, e adotassem o sistema de cascata. Dessa forma, a Bahia, por exemplo, que deve US\$ 390 milhões rolaria US\$ 300 milhões e pagaria, em 1989, US\$ 9 milhões, referentes a 10% dos US\$ 90 milhões restantes.

A perda de receita decorrente da alternativa definida por parlamentares e governadores é compensada por meio de



**Cid Carvalho: o porta-voz**

três artigos que serão acrescentadas ao texto da lei orçamentária a ser votada.

Se esta alternativa já representava uma perda de receita para a União em relação ao primeiro projeto que previa o pagamento de 25% sobre o estoque total das dívidas a vencer e vencida (Cz\$ 550 bilhões), a proposta da comissão e dos governadores é ainda mais pernicioso para os cofres do governo. O próprio secretário da Fazenda de Minas Gerais, Luis Fernando Wellisch, prevê que a receita seria reduzida a zero. Afinal, esta receita é proveniente do pagamento da dívida vencida, não paga pelos estados e municípios e que foi refinanciada pela União por meio do Banco do Brasil.

Para compensar esta perda, a proposta sugere três fontes de recursos: o corte de subsídios oferecidos pelo governo, com exceção daqueles estabelecidos legalmente para as regiões da Sudene e Sudam, a recuperação da reserva de sazonalidade — um lastro de recursos alocados no projeto original do orçamento para cobrir eventuais quebras de safra e outros acidentes sazonais eliminados pela mensagem enviada posteriormente pelo governo ao Congresso; e o lucro operacional do Banco Central que é transferido para o Tesouro Nacional para amortização de dívidas. Esta última fonte é uma novidade introduzida pela mensagem. Segundo importante fonte da Seplan estes recursos que foram incorporados à Receita da União não foram registrados no projeto original do orçamento porque não estavam estimados.

Eles se referem a dívidas do próprio Tesouro com o Banco Central que são amortizadas mediante a transferência do lucro operacional do Banco. O deputado Israel Pinheiro, que sugeriu esta fonte de recursos para compensar a perda de receita, considera estranha a novidade. Segundo dados da Seplan, a proposta provocará um déficit de 0,7% do PIB. A fonte diagnostica que a comissão pretendeu “usar a receita da mensagem e a despesa do projeto original”, com o que concordam os deputados. Ainda pela proposta dos parlamentares e governadores, as condições de pagamento da dívida vencida, que será refinanciada, serão estabelecidas por resolução do senado.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, na noite de quarta-feira, chegou a fazer uma terceira proposta aos secretários da Fazenda estaduais, sem sucesso. Por ela, os estados e municípios pagariam integralmente apenas o serviço das dívidas vencidas e a vencer em 1989, rolando o restante, e obedecendo as mesmas condições de pagamento definidas para as estatais.